

Discursos políticos presidenciais de Ano Novo. Gerir a incerteza

Maria Aldina Marques^a

Resumo

O regime político português é um regime semipresidencial. O Presidente da República tem funções específicas que tornam os discursos centrais na sua ação política. No trabalho agora apresentado, centramo-nos nos discursos, no modo como a linguagem é usada e construída em práticas sociais marcadas pela natureza linguística da interação. Pretendemos analisar as características discursivas de um género de discurso com tradição na República Portuguesa, as Mensagens de Ano Novo. Marcadas por um macroato de endereçamento de votos de Bom Ano a todos os portugueses, são determinadas pelas características das funções políticas do locutor e pelos objetivos que persegue em cada interação particular. Partindo das investigações realizadas em análise do(s) discurso(s) e em linguística da enunciação (ADAM, 2005, 2012; AMOSSY, 2000; BAKHTINE, 1984; BENVENISTE, 1966, 1970; KERBRAT-ORECCHIONI, 2002; HAILON, 2012; MAINGUENEAU, 2014; MOIRAND, 2003; MARQUES, 2015, entre outros), pretendemos estudar os modos como os presidentes da república portugueses constroem os seus discursos e neles se constroem também. Daremos particular atenção à organização enunciativa dos discursos, ao modo como o locutor se posiciona em face do seu próprio dizer e ao objeto do seu discurso e, ainda, em face dos alocutário(s), segundo uma agenda política que joga com a imagem do presidente, a sua legitimidade, que é institucional, mas sobretudo a sua credibilidade, que é política (CHARAUDEAU, 2005; MARQUES, 2014). Os dados em análise são constituídos por Mensagens de Ano Novo proferidas pelos três últimos presidentes da República Portuguesa, entre 1997 e 2017.

Palavras-chave: Discursos políticos presidenciais de Ano Novo; género de discurso, imagens do locutor, organização discursiva.

Recebido em: 20/07/2019.

Aceito em: 25/07/2019.

^a Professora no Instituto de Letras e Ciências Humanas - CEHUM - Universidade do Minho. E-mail: mamarques@ilch.uminho.pt.

1. A palavra presidencial: Discursos, estatuto e funções presidenciais

O regime político português atual é um regime semipresidencial ou parlamentarista. Assim, o Presidente da República tem funções específicas que tornam os discursos centrais para a sua ação política (MARQUES, 2016). Na síntese das responsabilidades presidenciais disponível no portal da Presidência da República, pode ler-se que “O tipo de poderes de que dispõe o Presidente da República pouco tem que ver [...] com a clássica tripartição dos poderes entre executivo, legislativo e judicial”, daí se concluindo que, na “sua função de representante da República” e “garante da independência nacional”, é, “nas cerimónias em que está presente, ou [n]os discursos, [n]as comunicações ao País, [n]as deslocações em Portugal e ao estrangeiro, [n]as entrevistas, [n]as audiências ou [n]os contactos com a população”, isto é, nas mais diversas situações de uso da palavra, que o Presidente tem “um papel político ativo e conformador”. Mais ainda, afirma-se que essas são “oportunidades políticas de extraordinário alcance para mobilizar o País e os cidadãos”.

Dá-se assim conta da importância acrescida dos discursos na construção das responsabilidades políticas do mais alto “magistrado da nação”. Nesse regime semipresidencial, os discursos são particularmente importantes, porque o magistério presidencial é essencialmente um magistério da palavra. Literalmente, importa o que o Presidente diz. Esta é, aliás, uma assunção consensual, que encontra ecos nos *Media*, mas também na própria instituição que é a Presidência da República.

Assumimos, pois, como ponto de partida, a importância política e social dos discursos presidenciais.

No reconhecimento dessa importância, é necessário sublinhar a não transparência dos discursos, que não são meros instrumentos para comunicar e compreender algo que está para além deles, antes constituem, no modo como estão construídos, um importante *exercício de influência*¹. É que os discursos, todos os discursos e não apenas os discursos políticos, não são transparentes nem são neutros. Ou seja, não se pode dissociar o que o Presidente diz dos modos, linguísticos, discursivos, como o diz, do contexto onde o diz ou dos destinatários do que diz. E por isso os discursos são um lugar nuclear do exercício do

¹ Como refere Benveniste (1966, p. 242), “toute énonciation suppos[e] un locuteur et un auditeur, et chez le premier l’intention d’influencer l’autre en quelque manière”. Ver, ainda, Charaudeau (2008), sobre o que o autor designa como “uma problemática da influência”: “Pour traiter les actes de langage dans une problématique de l’influence, il faut répondre à deux questions qui sont complémentaires l’une de l’autre : quel est l’enjeu psychologique et social d’un acte de langage? Quels processus langagiers participent de cet acte d’influence?”

poder presidencial. Melhor dizendo, os discursos presidenciais são um modo fundamental de encenação do poder presidencial. Como refere Grize (1996, p.18) «Tout discours est représentation de quelque chose, il en propose une schématisation à son destinataire. [...] Il est théâtralisé.».

2. As Mensagens de Ano Novo dos Presidentes da República Portuguesa

O presente trabalho decorre de um projeto mais vasto de recolha e análise dos discursos presidenciais² nos 100 anos da República Portuguesa,³ no âmbito do qual foram selecionados, como *corpora* de análise, os discursos de comemoração nacional e os discursos de tomada de posse dos presidentes da República.

Para além da descrição e análise dos usos e funcionamentos discursivos da língua portuguesa, nesses géneros do discurso político presidencial, pretendemos, com este projeto, contribuir para uma literacia política que só pode passar por uma competência discursiva aprofundada.

Dos discursos de celebração presidenciais, selecionámos para a presente análise um género de discurso com tradição na República Portuguesa, as *Mensagens de Ano Novo*.

Os dados em análise são constituídos por *Mensagens de Ano Novo* proferidas pelos três últimos presidentes da República Portuguesa, entre 1997 e 2017. São 20 discursos, num total de 24.115 palavras, das quais 11.636 fazem parte dos 9 discursos do Presidente Jorge Sampaio,⁴ em exercício entre 1996 e 2006; 11.644 integram os 10 discursos do presidente Aníbal Cavaco Silva, que exerceu os seus mandatos entre 2006 a 2016 e, ainda, a primeira mensagem de Ano Novo do atual Presidente, Marcelo Rebelo de Sousa, em 2017, num total de 835 palavras.⁵ São discursos relativamente curtos, constituídos em média por 1205 palavras, uma média que varia em função de cada Presidente.⁶

Na origem desse género discursivo estão dimensões político-sociais, mas também tecnológicas. Com efeito, em Portugal, a designada *Mensagem de Ano Novo* ou *Mensagem de Final de Ano* do Presidente da República é um dos primeiros géneros discursivos políticos marcados pela interação entre a esfera do político e a esfera mediática. E de facto essas mensagens constituem já uma tradição da República Portuguesa, ligada aos meios de comunicação social, inicialmente a rádio e

² Entendemos o *discurso presidencial* como um lugar (ou subtipo) de discurso político, à semelhança do *discurso parlamentar* dentro da área (ou tipo) de *Discurso Político*, enquanto “área de atividade verbal”, no dizer de Bakhtine (1984). Faz parte desse lugar de discursos um conjunto de géneros de que a *Mensagem de Ano Novo* é exemplo.

³ A República Portuguesa foi instaurada em 5 de outubro de 1910.

⁴ Jorge Sampaio pronunciou 10 discursos, mas o de 1 de janeiro de 2001 não está disponível.

⁵ A inclusão da primeira *Mensagem de Ano Novo* do atual Presidente da República, apesar de mais reduzida em termos quantitativos, permite tirar conclusões mais sólidas sobre as características do género discursivo em causa, por se tratar de discursos de três presidentes, num período de 20 anos.

⁶ São discursos relativamente curtos, se os compararmos, por exemplo, com as médias dos discursos de celebração do 25 de abril, que, para os dois presidentes mais antigos, têm em média 3.239 palavras.

atualmente a rádio e, em especial, a televisão, em termos de público alcançado.

Nos anos 30 do século passado, o alargamento das emissões de rádio a todo o país tornou de imediato visíveis as potencialidades desse meio de comunicação para a vida política e social portuguesa. Em estreita ligação com o poder autoritário do Estado Novo, foi criada a *Emissora Nacional de Radiodifusão*, oficialmente inaugurada a 1 de agosto de 1935,⁷ mas tendo já difundido para todo o país, em dezembro de 1934, em emissão experimental, o discurso eleitoral do ditador António de Oliveira Salazar.

No que concerne ao Presidente da República, as *Mensagens de Ano Novo* iniciam-se de imediato. Não existe ainda um inventário completo desses discursos, mas, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por exemplo, encontrámos o registo da *Mensagem de Ano Novo* do Presidente da República Óscar Carmona, realizada em 1 de janeiro de 1939. Segundo uma publicação do Museu da Presidência, o Presidente havia já dirigido uma outra *Mensagem de Ano Novo* aos portugueses em 1938, a partir do palácio de Belém, residência oficial dos Presidentes da República.⁸

3. As *Mensagens de Ano Novo* em análise: quadro teórico e metodológico

Partindo das investigações realizadas em análise do(s) discurso(s), nomeadamente, por Adam (2005, 2012), Charaudeau (2005), Kerbrat-Orecchioni (2002), Hailon (2012), Maingueneau (2014) e Marques (2015), determinámos como objetivo global estudar os modos como os Presidentes da República portugueses constroem os seus discursos de Ano Novo e neles se constroem, isto é, a imagem que o locutor projeta de si próprio no discurso, o seu *ethos*.

Usando uma metodologia qualitativa⁹ e descendente, tomo como ponto de partida os parâmetros de género discursivo, tal como estabelecidos em Adam (2015) e Maingueneau (2014),¹⁰ para enquadrar a análise das mensagens presidenciais. Os discursos que constituem o *corpus* são, pois, exemplares empíricos do género.

Como parâmetros de género, realizados através de diferentes mecanismos linguístico-discursivos, sobressaem,

⁷ Ribeiro (2007, p. 183): “considera-se 1 de Agosto de 1935 como a data de início das emissões oficiais. Contudo, a inauguração pelo Chefe de Estado apenas ocorreu em 4 de agosto.”

⁸ “Era no Palácio presidencial que se reuniam o Conselho de Ministros e o Conselho de Estado. Aí decorriam ainda sessões de cumprimentos de Ano Novo, ocasião em que o Presidente se dirigia aos portugueses, conforme lembrou o antigo ministro de Salazar, Franco Nogueira:
 [...] no dia 1 de Janeiro de 1938 Carmona dirige a sua mensagem de Ano Novo aos portugueses e dá, no Palácio de Belém, as suas recepções habituais ao Corpo Diplomático, Cardeal Cerejeira, Salazar, autoridades civis e militares.” Disponível em: <http://museu.presidencia.pt/dpb/historia.txt>. Em França, as mensagens de Ano Novo, feitas no dia 31 de dezembro, terão começado em 1959.

⁹ Existem outras análises realizadas segundo diferentes metodologias de corpus similares em outras línguas, como é o caso da análise lexicométrica das mensagens de Ano Novo em França, feita por Leblanc e Martinez (2005).

¹⁰ Esta opção não significa fazer tábua rasa das reconhecidas dificuldades teóricas no estabelecimento dos parâmetros caracterizadores de um género (COUTINHO, 2007; MOIRAND, 2003). Pretender determinar um número finito e estático de parâmetros de género, que permitiriam construir categorias a integrar

numa tipologia, seria uma questão «armadilhada», sobretudo se tomada segundo um princípio de condições necessárias e suficientes.

nomeadamente, o espaço-tempo da mensagem, com relevo para o contexto social e político, o suporte, as finalidades e os participantes. Será, ainda, dada particular atenção à organização semântica e argumentativa (AMOSSY, 2000; RABATEL, 2008, 2018) dos discursos em conexão com a organização enunciativa, para nos centrarmos sobre os modos de construção das imagens presidenciais, em particular o modo como o locutor se posiciona em face do seu próprio dizer e dos objetos do seu discurso e, ainda, em face do seu interlocutor, os portugueses.

4. A construção das *Mensagens de Ano Novo*

Apesar de difundida oralmente, em alocução televisiva, a *Mensagem de Ano Novo* é um discurso planeado,¹¹ escrito e lido, ainda que o Presidente possa não fazer uma leitura integral.¹² São, pois, discursos preparados antecipadamente, com atenção à materialidade discursiva e ao impacto que provoca no interlocutor. Trata-se de um discurso institucional, sem marcas de oralidade, que estabelece uma relação formal entre o locutor e os alocutários, marcada nos diferentes níveis da estruturação discursiva, desde o léxico, à sintaxe, aos temas abordados e à relação interpessoal marcada, de modo explícito, nas formas de tratamento. Isso não impede a afirmação de proximidade do Presidente relativamente aos portugueses, como um dos pilares da construção discursiva.

A *Mensagem de Ano Novo* é um género do discurso político presidencial que tem como objetivo a celebração de um evento de âmbito nacional, o início de um novo ano. Esta é uma época de festividades, marcada pelo endereçamento generalizado, a amigos e conhecidos, de votos de felicidade para o ano que começa. Esse discurso presidencial insere-se nesse tempo e espaço social de festividade, de comemoração social, aproximando-se, assim, de outros discursos de celebração, como os discursos presidenciais de comemoração do 25 de abril, do 5 de outubro ou do 10 de junho.¹³

Mas o final de ano é também, social e politicamente, um tempo de balanço do que foi feito e de determinação de intenções para o futuro. A *Mensagem de Ano Novo* integra esse quadro social na sua própria organização discursiva.

¹¹ O discurso pode, aliás, ser distribuído antecipadamente às redações dos meios de comunicação social. Há um discurso do Presidente Cavaco Silva que vem acompanhado da instrução «Não divulgar antes das 21h30».

¹² O *corpus* que recolhemos é constituído, portanto, pela versão escrita dos discursos, que constam, aliás, de acervos institucionais.

¹³ São eventos de comemoração, respetivamente, da revolução de 25 de abril de 1974, da instauração da República em 1910 e da comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Para além desse quadro espaço-temporal, as *Mensagens de Ano Novo* são, em particular, determinadas pelas características das funções políticas presidenciais e pelos objetivos que cada presidente persegue em cada situação particular, numa conjugação de dimensões institucionais e idiossincráticas.

4.1. Os atos de endereçamento de votos e de saudação e a organização sequencial dos discursos

O objetivo primeiro desse género discursivo, explicitado na própria designação do género é, pois, realizar um macroato de endereçamento de votos de Bom Ano Novo a todos os portugueses. E, de facto, em todos os discursos, encontramos a realização desse ato ilocutório, que pode ocorrer na sequência de abertura e na sequência de fechamento, ou só nesta última, onde, aliás, é sistemático. No entanto, esse ato, que tem saliência pelo lugar que ocupa nos discursos, não parece ser mais que um ritual a cumprir, em que os diferentes locutores não se detêm e de que a contenção ao nível da expressão dá conta:

1. Dirijo-me a todos os portugueses, residam em Portugal ou noutros países, *para lhes desejar um Bom Ano.*

Presidente Jorge Sampaio, 2002

2. No início deste Novo Ano, quero saudar todos os Portugueses e *dirigir-lhes votos de felicidades para 2007.*

Presidente Cavaco Silva, 2007

3. Acreditando sempre em nós próprios.
Acreditando sempre em Portugal!
Um bom 2017.

Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, 2017

Esse carácter ritualizado é atenuado pela adequação a especificidades sociais, económicas ou políticas de cada situação de comunicação:

4. Esperamos seriamente que 1997 seja, num e noutro país, um tempo de consolidação dos processos de paz e de reconciliação nacional.

Presidente Jorge Sampaio, 1997

O endereçamento de votos de Bom Ano está em relação com um outro ato, o ato de saudação, o que permite ao Presidente¹⁴ desde logo explicitar e particularizar os seus alocutários e a relação que com eles estabelece. Ao contrário do ato de endereçamento de votos, o ato de saudação merece do locutor uma atenção mais demorada dada a importância que os diversos destinatários assumem no discurso.

A relação interpessoal estabelecida é, em primeiro lugar, uma relação institucional. Todos os presidentes sublinham essa relação, reafirmando o estatuto assumido na interação e, portanto, a legitimidade presidencial, marcada no uso do deíctico de 1ª pessoa/singular:

5. *Como Presidente da República, tudo farei para que o novo ano seja de concórdia entre os Portugueses e de unidade nacional...*

Presidente Jorge Sampaio, 2002

Os portugueses são, em conformidade com esse quadro institucional, o destinatário global e primeiro do ato discursivo realizado.

Sendo destinado a todos os portugueses, é notório que, de modo sistemático, todos os presidentes tomam como alocutários não apenas os portugueses de Portugal, mas os portugueses na Diáspora:

6. *Neste dia que faz apelo a um renovado sentimento de confiança no futuro, dirijo-me a todos os portugueses, onde quer que se encontrem, para lhes desejar Bom Ano.*

Presidente Jorge Sampaio, 1997

A par da valorização desse movimento de emigração, caracterizador da nação ao longo dos séculos, surge também a valorização do movimento inverso de imigração. Diáspora e acolhimento¹⁵ são valores privilegiados nas intervenções dos presidentes, pelo ato de saudação:

7. *Saúdo também os cidadãos de outros países que escolheram Portugal como lugar de residência ou de trabalho. Orgulhamo-nos que tenham decidido viver em Portugal, uma terra aberta e plural, onde todos são recebidos com hospitalidade e sem quaisquer discriminações.*

Presidente Cavaco Silva, 2015

¹⁴ Distinguimos, no seguimento de Ducrot (1984), locutor e falante, neste caso, o presidente da República. O facto de o locutor se identificar com o falante enquanto Presidente permite-me simplificar a designação do locutor-presidente. Para o repensar da proposta de Ducrot, ver Rabatel (2007).

¹⁵ Para além de destinatários de atos de saudação, a particular conjuntura internacional torna esse acolhimento um tópico discursivo de promoção do ecumenismo: "Numa Europa marcada por tensões e conflitos, onde em várias paragens emergem pulsões extremistas e xenófobas, Portugal deve afirmar a sua identidade universalista, [...] (Presidente Cavaco Silva, 2016).

A imbricação entre o ato de endereçamento de votos e o ato de saudação é feita pela referência ao alocutário global, uma comunidade alargada de cidadãos portugueses e de cidadãos que habitam no espaço português:

8. ...desejo do fundo do coração as maiores venturas a todos os Portugueses, onde quer que vivam, incluindo os que se encontram em missão no estrangeiro, e também àqueles, que dos quatro cantos do mundo, chegaram e chegam à nossa terra.

Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, 2017

Esta é uma dimensão fundamental das mensagens, que se afirmam como discursos de valores. Representando-os de modos diversos, todos os presidentes insistem nos valores da democracia e da solidariedade como valores da comunidade a preservar e promover. A preferência pelo uso da primeira pessoa do plural *Nós* impõe essa dimensão coletiva e coesa:

9. Os nossos princípios: acreditamos nas pessoas, no respeito da sua dignidade, das suas diferenças, dos seus direitos pessoais, políticos e sociais; acreditamos na democracia; acreditamos no Estado Social; acreditamos no dever de construir a solidariedade e a paz, e de lutar contra o terrorismo, na Europa onde nascemos, na Comunidade que fala português que ajudámos a criar, no Atlântico que atravessámos, nos novos mundos onde estivemos e estamos e queremos unir cada vez mais.

Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, 2017

10. Mas, precisamente por isso, temos de perceber que a nossa crise não é apenas económica. É, também, uma crise de valores. Há que recuperar o valor da família. [...] Devemos também valorizar a prática do valor da ética republicana. [...] Temos também de restaurar o valor da confiança nas instituições e na justiça. [...] Neste primeiro dia do ano, importa reafirmar o valor da esperança.

Presidente Cavaco Silva, 2010

11. A todos quero agradecer o empenhamento e o esforço dispensados na construção de um País livre, democrático, pacífico, solidário, voltado para o futuro.

Precisamos mais do que nunca de afirmar e sublinhar estes valores, porque eles são os únicos que, no Mundo Contemporâneo, podem trazer o progresso à Humanidade.

Presidente Jorge Sampaio, 2002

Mas esses discursos são polidestinados (FONSECA, 1992), além da globalidade dos portugueses, os presidentes individualizam, como destinatários preferenciais do ato de saudação, grupos com fragilidades diversas, económicas ou sociais, ou grupos empenhados em atividades de impacto nacional. Neste último caso, sobressaem os militares em missões de paz, um grupo sempre destacado pela missão que desempenham, mas também porque o Presidente da República é o Comandante-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. A relação estabelecida põe em destaque o locutor individual (quero dirigir; dirijo-me):

12. *Quero dirigir uma palavra especial a todos aqueles a quem, por uma ou outra razão, a vida não tem corrido melhor e que enfrentam difíceis problemas para assegurar o bem-estar mínimo das suas famílias.*

Presidente Jorge Sampaio, 1998

13. *Nesta quadra festiva, dirijo-me igualmente aos militares destacados em missão no estrangeiro, longe das suas famílias. Quero agradecer-lhes o grande serviço que estão a prestar a Portugal e ao ideal da paz no mundo.*

Presidente Cavaco Silva, 2007

A função coesiva do Presidente torna-se evidente, não só no simbolismo que os votos e saudações presidenciais adquirem mas também nos atos de promessa que reforçam a relação de solidariedade construída no discurso sempre pondo em cena um locutor individual:

14. *Em 2012, o Presidente da República estará onde deve estar: ao lado daqueles que necessitam de apoio, levando-lhes uma palavra de solidariedade e de esperança.*

Presidente Cavaco Silva, 2012

O Presidente apresenta-se como uma *figura solidária e tutelar* de todos os destinatários convocados, suportada

pelas funções institucionais que desempenha. Com todos, o Presidente adota uma atitude de empatia:

15. 2004 foi, de facto, um ano duro e difícil para muitos portugueses. Quero, antes de mais, dizer-vos uma palavra forte de solidariedade, que dedico especialmente aos mais desprotegidos, aqueles que mais sofrem as dificuldades e as carências. Quero que saibam que não vos esqueço e que, na minha acção quotidiana, vos tenho sempre presentes.

Presidente Jorge Sampaio, 2005

4.2. Tópicos preferenciais e presença do locutor no discurso

Mas o endereçamento de votos não constitui o único objetivo da alocução presidencial. As *Mensagens de Ano Novo* são a ocasião para o Presidente “mobilizar o país e os cidadãos”, propondo uma agenda política que visa definir o rumo certo para o país. Afirmado princípios, também a este nível, o presidente aponta os caminhos necessários à superação das dificuldades. Ao longo de 20 anos, os presidentes dão saliência ao desenvolvimento económico e à solidariedade social, mas também, de modo mais específico, à educação, cultura e justiça. As especificidades conjunturais podem trazer outros temas à reflexão, como as eleições, relações com os países de língua portuguesa ou o terrorismo e os refugiados.

A representação discursiva desses tópicos¹⁶ é diversa, de acordo com o contexto particular e os objetivos de cada locutor, o que permite determinar idiosincrasias de cada presidente, mas as estratégias de construção temática são comuns (trata-se de expor uma *agenda* política), o que confere aos discursos uma coerência semântica, enunciativa, composicional e argumentativa semelhantes.

4.2.1. Representar o passado e o futuro, construindo a imagem presidencial

Todas as *Mensagens de Ano Novo* estão organizadas em dois eixos semânticos definidos pelo seu valor temporal, o passado e o futuro, que o presente da enunciação articula, enquanto permanência das dificuldades passadas e projeção de mudanças futuras.

¹⁶ Segundo Van Dijk (2000, p. 90), os tópicos têm uma função reguladora central: “Defined as semantic macrostructures, they represent what speakers find most important, they regulate overall coherence of discourse, how discourse is planned and globally controlled and understood, and what is best remembered by the recipients”.

O passado, sobretudo o passado recente, é representado globalmente em termos disfóricos, porque o desenvolvimento económico, cultural e social não atinge nunca o patamar esperado. A positividade das ações desenvolvidas é sempre incompleta,¹⁷ o que configura um presente também disfórico, em graus diversos. Entre outros mecanismos linguísticos, o léxico conforma essa disforicidade. Os lexemas *dificuldade*; *crise*, *problema* e *difícil* apresentam a seguinte distribuição de ocorrências nos discursos dos Presidentes Jorge Sampaio, Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa: *dificuldade* (29+24+0); *crise* (21+18+2), *problema* (29+16+0); *difícil* (11+13+0).¹⁸

Na representação discursiva desses eixos temporais, sobressai a imagem presidencial.

O processo de referenciação é inseparável da construção enunciativa, do modo como o locutor se posiciona em relação ao conteúdo do seu dizer e do modo como se posiciona em face do alocutário. Um discurso ao país é sempre um momento fundamental para a clarificação e credibilização da imagem presidencial, do seu estatuto e funções. Mas ao Presidente não basta a legitimidade de funções, é fundamental construir uma imagem credibilizada; e, em diferentes discursos e ocasiões, o presidente assegura essa credibilidade (CHARAUDEAU, 2005, p. 52), (MARQUES, 2014, p. 302) que determina a imagem *do* presidente para além da imagem *de* presidente que faz parte do conhecimento partilhado da comunidade (MARQUES, 2014, p. 302).¹⁹ A imagem *de* presidente decorre da Constituição Portuguesa, em primeiro lugar. É a legitimidade do Presidente que está em causa. Este é o *garante* da coesão nacional e o mobilizador da sociedade e, em todos os discursos, encontramos esse tópico discursivo, como justificação para a ação a realizar:

16. Entendo que me compete, *como Presidente de todos os portugueses*, contribuir para que o esforço de desenvolvimento económico e modernização cultural seja conseguido, não esquecendo, porém, a solidariedade que o sustenta, o torna duradouro e a cidadania que lhe dá sentido mobilizador.

Presidente Jorge Sampaio, 1997

17. O Presidente da República, *no quadro dos poderes que a Constituição lhe atribui*, tem procurado assegurar as condições políticas para que Portugal siga

¹⁷ Daí a preferência por estruturas negativas e adversativas: “O país modernizou a sua estrutura produtiva, melhorou o nível médio de vida da população e refez grande parte das suas infra-estruturas. Mas há ainda muito a fazer para consolidar o nosso desenvolvimento. Há em muitos domínios debilidades a vencer.” (Presidente Jorge Sampaio, 1 de janeiro de 1998); O desemprego manteve-se em níveis muito elevados. Muitos jovens tiveram de procurar no estrangeiro as oportunidades de futuro que não encontraram no seu país.” (Presidente Cavaco Silva, 1 de Janeiro de 2014).

¹⁸ É apenas o registo das ocorrências, que necessitam de uma análise qualitativa mais acurada para ganharem significado.

¹⁹ Veja-se a distinção estabelecida por Charaudeau (2005, p. 52): “*On ne confondra [...] pas légitimité et crédibilité : la première détermine un « droit du sujet à dire et à faire », la seconde une « capacité du sujet à dire et à faire ». Mettre en cause une légitimité, c'est mettre en cause le droit lui-même et non la personne ; mettre en cause une crédibilité, c'est mettre en cause la personne en ce qu'elle ne donne pas la preuve de son pouvoir de dire et de faire.*”

um caminho de futuro, no respeito pelas opções democráticas dos cidadãos.

Presidente Cavaco Silva, 2007

Todos os Presidentes recuperam estes tópicos: a necessidade de um desenvolvimento económico e cultural sustentado pela solidariedade. Em (17), a referência à *Constituição Portuguesa* justifica a legitimidade presidencial para *intervir* (e para construir aquele discurso).

O presidente, em consequência dessa sua legitimidade, coloca-se numa posição alta em face dos outros poderes democráticos, o Governo em especial. É uma voz crítica, mas empenhada, e o distanciamento que estabelece não deixa de revelar uma crítica dura aos responsáveis políticos, tanto mais que é feita por contraste com a ação presidencial:

18. *Apontei aos diversos Governos a necessidade e urgência dessas reformas, quer aos Governos de coligação entre o Partido Social-Democrata e o Partido Popular, quer aos Governos do Partido Socialista. Todos eles puderam contar com a solidariedade institucional do Presidente da República, e com o meu empenho constante em revelar toda a extensão dos problemas, de modo a poder mobilizar a vontade nacional para os resolver.*

Presidente Jorge Sampaio, 2006

Na construção discursiva, o *EU* individual é o ponto de referência a partir do qual representa o passado. É uma das estratégias sistemáticas de construção do *ethos* de credibilidade do Presidente:

19. *Para isso, defendi mais e melhor educação, maior coesão, ou seja, menores desigualdades, capacidade de nos unirmos no essencial, em clima de estabilidade social e política, responsáveis mais isentos e próximos daqueles que devem representar.*

Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, 2017

De facto, está muito saliente um discurso centrado na primeira pessoa. O locutor, cada locutor, toma-se como objeto de discurso, a fim de explicitar a sua função institucional, mas, em particular e sobretudo, a sua ação enquanto presidente; à função *de* Presidente sobrepõe-se agora a ação *do* Presidente (MARQUES, 2014).²⁰

²⁰ No excerto seguinte, o locutor conjuga as duas vertentes, sobrepondo o seu ponto de vista ao ponto de vista institucional: “De mim, os portugueses podem esperar o rigor de sempre. O Presidente da República não é nem Governo, nem Oposição. Sempre entendi o exercício das minhas funções como uma magistratura de estímulo à boa governação, às boas práticas, ao diálogo entre Órgãos de Soberania, à convergência de esforços nas questões essenciais, à reforma da administração e das Forças Armadas. Sou e serei o Presidente que sempre fui procurando ser imparcial, isento e rigoroso. A fidelidade ao modo como tenho exercido o meu mandato será, porventura, um dos melhores contributos que posso dar a Portugal num momento de maior dificuldade.” (Presidente Jorge Sampaio, 2003).

É dessa ação passada que o Presidente retira a credibilidade para o seu discurso atual:

20. Em devido tempo, *chamei a atenção* do País para prepararmos o período «pós-troika». Agora, *interpelo* os Portugueses – e, em especial, os agentes políticos – a prepararem o período pós-eleitoral.

Presidente Cavaco Silva, 2015

O valor aspetual dos tempos verbais usados é fundamental para a criação dessa imagem. A organização textual oscila entre o uso do pretérito perfeito simples, que salienta a perfeitividade de situações passadas, e o uso do pretérito perfeito composto, acentuando a iteratividade das ações presidenciais, a serem textualmente interpretadas como sinal de conhecimento exaustivo, real, sistemático (reforçado pelo uso dos determinantes definidos, com valor generalizante) e comprometido:

21. Conheço *os* desafios que Portugal enfrenta e quero contribuir para a construção de um futuro melhor. *Tenho percorrido* o País e *contactado* directamente com as pessoas. *Tenho procurado mobilizar* os portugueses, apelando à união de esforços, inculcando confiança e vontade de vencer, apontando caminhos e oportunidades que sempre existem em tempo de crise. *Tenho insistido na atenção especial* que deve ser prestada aos cidadãos mais atingidos pelo abrandamento da actividade económica. *Tenho apelado ao espírito de entreatajuda* em relação aos mais desfavorecidos.

Presidente Cavaco Silva, 2009

Por isso, a visão crítica não é destituída de otimismo. Um otimismo que o locutor apresenta como responsável (e de que se apresenta responsável), pois assenta em três questões inter-relacionadas: diagnóstico dos problemas, conhecimento das estratégias a seguir e confiança na capacidade realizadora do povo português. O Presidente é o obreiro, credibilizado, dessa solução. A posição interventiva do Presidente da República está marcada no semantismo dos verbos escolhidos (formas verbais, de 1ª pessoa), todos eles verbos agentivos: defender, revelar, mobilizar, apelar, etc.

Da voz crítica, individualizada no uso da primeira pessoa, passa agora a privilegiar a posição de solidariedade com os portugueses.

Nessa solidariedade procurada, o *Eu* dá lugar ao *Nós*; e o Presidente é a voz de todos os portugueses. No exemplo seguinte, o Presidente opera essa transição, de uma ação individual a uma ação coletiva:

22. *Considero* também que *devo* apoiar as novas gerações e o seu trabalho de inovação, mudança e criatividade, cujos resultados, por entre dificuldades, já são visíveis nas Universidades, nas empresas, na acção e na descentralização cultural, no poder local, na intervenção social, na igualdade de direitos entre mulheres e homens, no combate contra o racismo e a discriminação.

Queremos uma sociedade culturalmente aberta e politicamente enriquecida pelo contributo de todos – os que têm a responsabilidade do Governo e os que estão na Oposição.

Presidente Jorge Sampaio, 1997

Sendo porta-voz do povo, identifica-se com ele, podendo exigir o que não foi ainda feito e apontar o que deve ser feito.²¹ De facto, é dessa imagem de confiança, de proximidade ao povo português que o Presidente parte para uma nova dimensão de gestão do futuro.

A *Mensagem de Ano Novo* é também – e pretende até ser “sobretudo” – um discurso voltado para o futuro. Falar do futuro implica gerir a *incerteza* própria do devir, o que o presidente faz a partir desse enquadramento de *confiança*, que a ação presidencial legitima e garante.

À avaliação do passado, negativa ou, pelo menos, marcada pela permanência de falhas e problemas que urge resolver, segue-se uma previsão positiva do futuro. À incerteza gerada pelas dificuldades os presidentes contrapõem um programa coletivo marcado pela confiança nas capacidades e nos valores dos portugueses. O léxico mostra essa positividade: desenvolvimento (20+20+0), capaz/capacidade (dos portugueses) (27+16+4), confiança (20+23+1); esperança (16+30+1).

A construção discursiva desse programa efetivamente político é determinada pelo estatuto presidencial que, advogando a colaboração com os diferentes órgãos de soberania,

²¹ “*Desejo* que, com sentido patriótico, e a pensar acima de tudo nos Portugueses, o Governo, as forças políticas e os parceiros sociais trabalhem ativamente para que, já em 2013, se inicie um ciclo de crescimento da economia.” (Cavaco Silva, 2013).

determina a não ingerência nas áreas da responsabilidade desses órgãos. As propostas presidenciais não são, não podem ser, um programa de governo. Daí o recurso à modalização linguística, como estratégia de influência, não de imposição. As frequentes estruturas deónticas não estão ao serviço de atos ilocutórios de ordem, mas de exortação.

A construção verbal tem um lugar fundamental na representação desses valores modais. A par de estruturas unipessoais, os modais *ter de* e *dever* são frequentes, na construção de uma *necessidade*, que se articula a um valor ilocutório de ato exortativo, ou antes de dois atos ilocutórios: ato diretivo exortativo, de coercividade baixa, mas também um ato constativo/assertivo enquanto implica a crença do locutor.²² A modalidade deóntica implica o comprometimento do locutor com a verdade do conteúdo proposicional do ato.²³

23. Em primeiro lugar, *é preciso* mudar as atitudes, na política, na economia, na sociedade.

Temos de ultrapassar, por exemplo, velhos reflexos que tendem a subordinar o funcionamento do nosso sistema de protecção social a interesses corporativos instalados ou a soluções desactualizadas e sem futuro.

Presidente Jorge Sampaio, 1 de janeiro de 2005

Mas, pelo uso dessas expressões, o Presidente apaga-se na enunciação de deveres que são, em primeiro lugar, deveres governativos, deslocando para o coletivo nacional ou para a ordem das coisas a responsabilidade enunciativa da necessidade identificada, preservando, por um lado, a relação institucional com o Governo e, por outro, reforçando a urgência da ação.

²² A obrigação marcada por *dever*, quando construída numa situação de enunciação, não pode dissociar-se da sua vertente assertiva. É a ambiguidade pragmática entre interpretação constativa e interpretação performativa, em que as duas interpretações são indissociáveis. (CAMPOS, 1998, p. 170).

²³ Distingue-se, por exemplo, do discurso jornalístico onde o verbo *dever* ocorre muito pouco. Sobre as implicações na construção do locutor e da sua relação com o objeto de discurso ver Duarte e Pinto (2013).

5. Achegas finais

Categorizadas como discursos de endereçamento de votos, as *Mensagens de Ano Novo* são, especificamente, a ocasião para o Presidente da República fazer a avaliação do passado nacional e propor um rumo para o futuro, de acordo com os seus princípios políticos. Nessa avaliação, o presidente-locutor toma-se como objeto de discurso e é a partir da ação presidencial que o passado é recuperado e o futuro delineado.

As *Mensagens de Ano Novo* são discursos orientados para criar um efeito perlocutório de *confiança*, que se sobreponha à

incerteza do devir em face da negatividade do passado. A gestão dessa incerteza está ancorada em imagens e valores fortes: em primeiro lugar, a imagem do Presidente, construída em termos de legitimidade e credibilidade, depois, os valores da democracia e da solidariedade. Por isso, em todos os discursos, as estratégias são similares. A organização temática em dois eixos temporais divergentes, articulados a partir do presente da enunciação, suporta a organização argumentativa e ilocutória.

Em contraste com um passado e presente disfóricos, o futuro é apresentado e representado em redes lexicais de positividade. A passagem de uns para outro tem, na imagem forte do presidente, geradora de confiança, e na imagem combativa dos portugueses, o garante da transição.

Nessa dicotomia, constrói-se a imagem credível do presidente, que tira da sua ação passada a autoridade para propor caminhos de futuro.

Ao nível da sequencialidade discursiva, os mecanismos linguístico-discursivos usados mostram essa dualidade, na alternância entre pronomes pessoais de singular e plural, ao nível lexical, nas redes de significados axiologicamente marcados positiva e negativamente, nos valores aspetuais e modais preferenciais.

A agenda presidencial coloca-se ao nível de um plano desiderativo. A exortação à ação é a estratégia privilegiada. As funções não executivas que lhe são próprias obrigam a essa construção discursiva.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. *L'analyse textuelle des discours*. Introduction à la linguistique textuelle. Paris: A. Colin, 2005.

_____. *Analyse textuelle des discours: niveaux ou plans d'analyse*. *Filol. linguíst. port.*, n. 14(2), p.191-202, 2012.

_____. *Le problème du texte dans l'analyse du discours développée par Dominique Maingueneau (1976-2014)*. In: ANGERMULLER, J.; PHILIPPE, G. (org.). *Analyse du discours et dispositifs d'énonciation. Autour des travaux de Dominique Maingueneau*. Limoges: Lambert Lucas, 2015. p.41-50.

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*, Paris, Armand Colin, 2000.

BAKHTINE, M. *Esthétique de la Création Verbale*. (trad. francesa). Paris: Gallimard, 1984.

BENVENISTE, E. L'appareil formel de l'énonciation. *Langages* 17, p. 12-18, 1970.

_____. *Problèmes de Linguistique Générale I*. Paris: Gallimard, 1966.

CAMPOS, M. H. C. *Dever e Poder: um subsistema modal do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

CHARAUDEAU, P. L'argumentation dans une problématique de l'influence. *Revue Argumentation et Analyse du Discours*, L'analyse du discours au prisme de l'argumentation, en ligne, n. 1, 2008. Disponível em : <http://aad.revues.org>. Acesso: 12 maio 2017.

_____. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.

COUTINHO, M. A. Descrever géneros de texto: resistências e estratégias. *Proceedings of the 4th International Symposium on Genre Studies, SIGET* (publicação em CD-Rom), 2007.

DUARTE, I. M.; PINTO, A. Troika, Austeridade, Crise: modalização linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita portuguesa. *REDIS*, n. 2, p. 33-51, 2013.

DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

FONSECA, J. *Linguística e Texto/Discorso: teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: ICALP, 1992.

GRIZE, J. B. *Logique naturelle et communication*. Paris: PUF, 1996.

HAILON, F. L'énonciation dans les pratiques de l'hétérogène. *Revue Tranel*, 56, p119-134, 2012.

KERBRAT-Orecchioni, C. Système linguistique et ethos communicatif. Language as system and cultural rules of communication. *Cahiers de Praxématique* 38, p. 35-57, 2002.

LEBLANC, J. M. ; MARTINEZ, W. Positionnements énonciatifs dans les vœux présidentiels sous la V^e République. Analyse des marques personnelles par les méthodes de cooccurrence. *Corpus*. (em linha), 2005.

MAINGUENEAU, D. *Discours et analyse du discours. Introduction*. Paris: Armand Colin, 2014.

MARQUES, M. A. Discours présidentiels au Portugal. Un regard pluridisciplinaire. *Mots. Les langages du politique*, 112 (Discours présidentiels et de présidentielles), p. 125- 132, 2016. Disponível em: <http://mots.revues.org/22534>.

_____. Palavra de Presidente. *Forma breve*, 11, p. 297-311, 2014.

_____. A. Para uma análise linguística dos discursos. A heterogeneidade enunciativa como princípio ordenador da investigação. *Revista de Filoloxía Galega*, p.107-121, 2015.

MOIRAND, S. Quelles catégories descriptives pour la mise au jour des genres du discours? (Texte édité sur le site de l'université Lyon-2 Lumière et ENS LSH – UMR ICAR –, Texte édité en ligne sur univ-lyon2.fr : icar.univ-lyon 2.fr), 2003. Acesso em: 13 jun. 2014).

RABATEL, A. Analyse énonciative du point de vue, narration et analyse de discours. *Filologia Lingüística Portuguesa* 9, p. 345-368, 2007.

_____. *Homo Narrans*. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Limoges: Lambert-Lucas, 2008. 2 v.

_____. Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours. *Argumentation et Analyse du Discours*, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad2493>. Acesso: 2 jun. 2018.

RIBEIRO, N. A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). *Comunicação & Cultura* 3, p. 175-199, 2007.

VAN DIJK, T. On the analysis of parliamentary debates on immigration. In: REISIGL, M.; WODAK, R. (ed.). *The semiotics of racism. Approaches to critical discourse analysis*. Vienna: Passagen Verlag, 2000. p. 85-103.

Sitografia:

Arquivo da página Oficial da Presidência da República Portuguesa de 2006 a 2016:

<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/noticiasb.html>

Arquivo da página Oficial da Presidência da República Portuguesa de 1996 a 2006:

<http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/>

Museu da Presidência - História:

<http://museu.presidencia.pt/dpb/historia.txt>

Presidência da República Portuguesa:

[www.presidência.pt](http://www.presidencia.pt)

Abstract**Presidential New Year political speeches. Managing uncertainty**

The Portuguese political regime is semi-presidential. The President of the Republic has specific functions that make his speeches central to his political action. This paper focuses on discourses, on how language is used on social practices marked by the linguistic nature of interaction. I analyze the discursive characteristics of a discourse genre with political tradition in the Portuguese Republic, the New Year Messages. Constituting a macro-act of vow of Happy New Year to Portuguese people, these speeches are determined by the characteristics of the speaker's political functions and by the goals he pursues in each particular interaction. Starting from the investigations carried out in discourse analysis and in linguistics of the enunciation (AMOSSY, 2000; BAKHTINE, 1984; BENVENISTE, 1966, 1970; KERBRAT-ORECCHIONI, 2002) and the literature on linguistics of enunciation (HAILON, 2012; MAINGUENEAU, 2014; MOIRAND, 2003; MARQUES, 2015, among others), we will study the ways in which the Portuguese presidents construct their discourses, and are also constructed in them. We will focus on the enunciative organization of the speeches, to analyze how the speaker stands relative to his own speech and to the object of his speech, and also to the speaker (s), according to a political agenda supported by the image of the president, by his legitimacy, which is institutional, but above all by his credibility, which is properly political (CHARAUDEAU, 2005; MARQUES, 2014). The data under analysis are constituted by New Year's Messages issued by the last three presidents of the Portuguese Republic between 1997 and 2017.

Keywords: *Presidential political discourses of New Year, discourse genre, speaker' images, discourse organization.*